

Depois da Revolução?...

Revisionismo histórico e anatemização da Revolução

Manuel Loff¹

O que é uma *Revolução*? Que representações temos da *Revolução*? Nós, os portugueses, pelo menos, que, parafraseando Bernardo Bertolucci², já não sabemos bem se vivemos *depois da Revolução* (por referência ao 25 de Abril) ou, crescentemente empurrados de volta para os modelos económicos e mentais do desenvolvimentismo capitalista do séc. XIX, se viveremos de novo num tempo que parece ser um ciclo *antes da Revolução* (por referência à percepção que os homens e mulheres dos séculos XIX e XX tinham da *Revolução* como um confronto inevitável que resolveria a tensão provocada por um grau muito elevado de exasperação social e política).

A cultura contemporânea do progresso, feita de um ânimo otimista perante o avanço da ciência, percebida como uma luz emancipadora que liberta espaços inteiros da realidade e do conhecimento ao obscurantismo pessimista, e perante um autoconfiante triunfo da razão, usou frequentemente o conceito para descrever as grandes mudanças positivas na História social, política, económica, cultural. A Revolução Francesa, como epítome das revoluções do Liberalismo rompedor do pós-Iluminismo, foi interpretada como fundadora de uma era de progresso que se definiu a modernidade. A Revolução Industrial foi, as mais das vezes, definida como a transformação mais radical dos padrões de vida das comunidades humanas, desencadeando os historicamente mais acelerados processos de mudança social, económica e tecnológica, que abriram um caminho aparentemente irreversível nas formas de interação entre comunidades humanas geográfica e culturalmente inelutavelmente distantes até então. O estereótipo dos manuais de História começava quase sempre por recordar a longuíssima duração do ciclo histórico da economia rural agro-pecuária a que ela vinha pôr termo. No campo científico, as grandes rupturas epistemológicas foram em toda a contemporaneidade definidas, mesmo retrospectivamente, pelo conceito de *Revolução*: de Copérnico a Einstein, a proposta de

visualização dos avanços do conhecimento passaram sempre - passam ainda, reconheçamo-lo - pela semântica revolucionária.

Centrar-me-ei aqui na percepção que dos processos revolucionários se foi construindo no último meio século. Aqueles que, inscrevendo-se, antes de mais, numa cronologia política, numa cesura dos ciclos políticos, produziram uma significativa mudança na ordem política, tiveram uma dimensão social e, inevitavelmente, económica e cultural. Na melhor tradição progressista, Eric Hobsbawm definia, no seu clássico *A Era das Revoluções*, que “a política e ideologia [do mundo do século XIX] ficaram a dever-se sobretudo aos [revolucionários] franceses”. A “política europeia (de fato, a política mundial), entre 1789 e 1917, [foi] em grande parte a luta contra ou a favor dos princípios de 1789, ou dos princípios ainda mais incendiários de 1793”, o mesmo se podendo dizer para o século XX, entendia o historiador britânico, “da Revolução Russa de 1917, que ocupa uma posição de importância semelhante”.³ Esta leitura da História, que privilegia a organização da diacronia a partir de marcos de mudança sociopolítica muito intensa, tem sido crescentemente posta em causa por uma perspectiva revisionista da História que, porque ideologicamente coerente com um ciclo de hegemonia (para usar um conceito de Gramsci) neo-liberal e neo-conservadora que tem já quase três décadas, tem encontrado terreno particularmente acolhedor nas representações históricas que a cultura mediática difunde, ou nos discursos históricos, ou aparentemente históricos, que o Estado e as elites sociais e culturais produtoras de discurso histórico têm vindo a fazer.

Este movimento que habitualmente se designa por *revisionismo histórico* tem como um dos seus objetivos centrais na batalha intelectual - é certo que intelectual, mas com fortíssimas repercussões políticas - a “liquidação da tradição revolucionária”.⁴ Este ataque é anterior àquela que considero ter sido a reconquista da hegemonia ideológica por parte da direita intelectual neo-liberal e neo-conservadora e, no séc. XX - não pretendo convocar aqui exemplos deste mesmo processo nas correntes conservadoras e irracionaisistas do séc. XIX que já então concentraram as suas baterias sobre a Revolução Francesa -, centrou-se na construção de um argumentário demolidor da Revolução Soviética de 1917. Como em

¹Professor Associado de História Contemporânea Universidade do Porto (Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais) e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Doutor pelo Instituto Universitário Europeu (Florença), é autor, entre outras obras recentes, de «O nosso século é fascista!» *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)* (Porto: Campo das Letras, 2008), e coordenador, com Teresa Siza, de *Resistência. Da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)* (s.l.: Comissão Nacional para a Comemoração do Centenário da República, 2010).

²Cf. o seu filme *Prima della Rivoluzione (Antes da Revolução)*, guião de Gianni Amico e Bernardo Bertolucci, Itália, Iride Cin. Ca., 1964.

³HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*, trad. port., 4ª ed. [ed. ori. brit: 1962], Lisboa: Estampa, pp. 65-66.

⁴Cf. LOSURDO, Domenico, *Il revisionismo storico. Problemi e miti*, Roma-Bari: Laterza, 1996, cap. 1.

qualquer fenômeno desta natureza, este foi, é, um processo gradual, para cuja análise é fundamental verificar em cada momento o contexto político e ideológico da produção de cada contributo.

Por exemplo, é ainda no contexto de um confronto tripolar entre as chamadas democracias ocidentais, as potências fascistas e a União Soviética stalinista que nos aparecem os prenúncios daquela que será a tese *totalitária* arendtiana – de que se falará mais adiante – através da tese de Alfred Cobban que, no seu *Dictatorship*, publicado em 1939, sustenta já que “*num certo sentido, todos os ditadores europeus dos nossos dias são filhos do Manifesto do Partido Comunista*”.⁵ Por outras palavras, um dos objetos ideológicos que mais arrebatadoramente ajudou a conceptualizar a necessidade histórica da *Revolução* para conseguir rupturas criadoras de estádios estruturalmente diferentes da vida humana, produzido num dos ciclos mais reveladoras da violência intrínseca da civilização capitalista, era lido como a fonte do mal totalitário que avançara como uma mancha de óleo pela Europa do período de entre-guerras. Primeiro dos procedimentos deslegitimadores da *Revolução*: a deriva autoritária/ditatorial/totalitária das suas propostas. Faltava estabelecer se o processo era ou não intrínseco ao projeto revolucionário, se a *Revolução* não resultará sempre de um projecto que, no ovo, esconde a serpente totalitária (para usar outra metáfora cinematográfica)⁶...

Antecipava-se já a leitura que hegemonicamente se imporia ao Ocidente da Guerra Fria, dos anos 1950, aparentemente inspirada em Hannah Arendt e no seu *Origins of Totalitarianism*, no qual, curiosamente, a autora alemã distinguia ainda *Revolução* bolchevique de Stalinismo, sublinhando a perspectiva de Lenine ao promover uma “*classe camponesa emancipada*”, a modernidade da sua política das nacionalidades, a sua “[tentativa] de fortalecimento da classe trabalhadora encorajando os sindicatos independentes”, até mesmo a sua “[tolerância] para com o tímido aparecimento de uma classe média proveniente da NEP”. Arendt não encontrava, em 1951, na *Revolução* bolchevique, nem mesmo naquilo que descreve como sendo a “ditadura revolucionária” de Lenine (por oposição à “ditadura totalitária” de Stalin), os processos que intrinsecamente explicassem a passagem para o Totalitarismo.⁷

No início dos anos 1960, contudo, Arendt evolui para um outro patamar da *anomalização* da *Revolução* – ou melhor, de um certo tipo de revoluções, aquelas das quais está presente uma dimensão de ruptura da estrutura social pré-existente. No seu ensaio *On Revolution*, a referente filosófica de um pensamento que se tornara dominante no Ocidente lamentava o peso dos exemplos francês e russo na construção da modernidade política do séc. XX. A sua aposta era agora recuperar o “glorioso

exemplo” da *Revolução* norte-americana, na qual, recorde-se, escravagismo e supremacia de uma minoria étnica de origem europeia coexistiam com a proclamação formal da liberdade e da cidadania como modelos políticos universais. Opunha-lhe Arendt a “trajetória desastrosa” da *Revolução* Francesa com a emergência do Jacobinismo. A dedução lógica era a de que “*a liberdade se conservou melhor nos países onde não se desencadeou nenhuma revolução*” segundo o modelo francês, ou, pelo menos, onde esta tenha sido derrotada. Começa aqui, podemos dizer – e di-lo Domenico Losurdo, por exemplo –, um outro procedimento argumentativo que tende a negar a viabilidade do conceito de uma “*revolução ocidental*”, que teria tido na *Revolução* Francesa um dos seus processos arquetípicos, procurando-se excluir da “civilização ocidental” (a expressão é usada por Arendt) a *Revolução* Francesa, de cujo legado se terá desembocado na *Revolução* de Outubro ou na revolução anticolonialista que percorria o mundo afroasiático já nos quinze anos anteriores à obra de Arendt.⁸

A *desocidentalização* da *Revolução* de Outubro – na esteira de uma velha tese do carácter não-ocidental (isto é, não-europeu) da Rússia e da cultura russa - já a havia tentado Robert Palmer, que no seu *The Age of Democratic Revolution* (publicado em 1959-64) distinguira já a “*revolução do mundo ocidental*” do séc. XVIII, na qual, em geral, e até então, se incluía ainda a *Revolução* Francesa, das revoluções de um mundo que ocidentocentricamente se definia como “não ocidental”, e que iam preenchendo o séc. XX. O enorme alcance de semelhante tese percebe-se melhor se considerarmos que desde, pelo menos, o séc. XVIII, as elites europeias vinham definindo a modernidade, o progresso, o triunfo da *civilização* e do *espírito humano* como um puro produto ocidental, desse Ocidente que se espraiava pelas duas margens do Atlântico e que rapidamente reivindicaria, em plena era do triunfo liberal e capitalista, um direito de conquista e ocupação *civilizadora* e *libertadora* do resto do planeta.

O procedimento argumentativo é o da *patologização da Revolução*, dos processos revolucionários, descritos como ciclos *anômalos* na História. Quando nos anos 1970 François Furet se lançou sobre o legado da *Revolução* Francesa, descreveu as “incessantes agitações revolucionárias” na França dos sécs. XVIII e XIX como uma “doença”, provocada por “vírus de uma espécie nova e desconhecida” que se “enfureceu”, ainda por cima “com violência redobrada no séc. XX”⁹ através, por exemplo, das revoluções de impulso socialista e anticolonialista. A tese era já de que estávamos perante um “delírio ideológico” - a ideologia como febre que devasta o organismo social - que teria produzido o chamado Terror do período 1793-94 e, um pouco mais de século depois, diretamente, o *Gulag*.

A *psiquiatrização* da semântica com que a *Revolução* Russa é apresentada teve num dos seus mais consagrados historiadores, Richard Pipes, um cultor. No

⁵COBBAN, Alfred, *Dictatorship*, [ed. ori. amer.: 1939], Nova York, Haskell, 1971, 112.

⁶Cf. Ormens Ágg (*O ovo da serpente*), realizado e escrito por Ingmar Bergman, Alemanha/EUA, Rialto Films/Dino de Laurentiis Corp., 1977. A expressão aparece originalmente na obra *Júlio César* de William Shakespeare.

⁷ARENDT, Hannah. *As origens do Totalitarismo*, trad. port. [ed. ori. amer.: 1951], Lisboa, Pubs. Dom Quixote, 2004, pp. 422-32.

⁸Cf. ARENDT, Hannah. *On Revolution*, Nova York, Penguin Books, 1962.

⁹FURET, François. *Penser la Révolution Française*, Paris, Gallimard, 1978, pp. 16-17.

seu *The Russian Revolution*, de 1990 fala-se de “psicose revolucionária”, de um “*desejo intenso, irracional, de ver ruir todo o edifício da monarquia russa*”, pressupondo-se, portanto, que o combate político dos partidários da Revolução se fizera, se faz, movido por um *desejo psicótico* semelhante ao do incendiário que se regozija na destruição pura e simples... Quem eram os portadores de semelhante patologia? Antes de mais um “*grupo (...) nutrido de fanáticos, revolucionários de profissão*”, uma vanguarda de conspiradores, portanto, capazes de mobilizar segmentos importantes da sociedade mas cujo enraizamento nesta, caracterizados enquanto conspiradores *profissionais*, se pode perceber apenas como sendo muito artificial. Por outras palavras, a *Revolução* é, entre outras coisas, produto de um grupo de revolucionários que, justamente enquanto tal, não são representativos do conjunto da sociedade.

Outra das leituras correntes dos processos revolucionários – e que bem conhecemos, por exemplo, no caso da Revolução portuguesa de 1974-76 – é o de produzirem uma (lamentável, percebe-se) interrupção de ciclos reformistas legítima e honestamente democratizantes. É a tese, de novo, de Richard Pipes para o caso russo: o czar Nicolau II, por exemplo, já teria, em sua opinião, acolhido “*todas as reivindicações dos revolucionários*” em Novembro de 1916, em plena guerra mundial, um ano antes do triunfo bolchevique. Será, entre outros, a demonstrada capacidade de os bolcheviques contaminarem os próprios socialistas moderados liderados por Kerensky com o seu “discurso histérico” contra as “classes dominantes” da sociedade russa a alimentar uma, percebe-se, inútil deslegitimação do sistema político.¹⁰

O “objetivo principal” de todo este movimento revisionista da História das revoluções contemporâneas é, no dizer de Domenico Losurdo, o “*conjunto do ciclo histórico que de 1789 conduz a 1917*”. Uma vez conseguido esse objetivo, produzem-se “*efeitos e desabamentos em cadeia*”: “*Sem a Revolução Francesa não pode ser compreendido o Risorgimento italiano*” ou aquela que é descrita já há anos como a “*revolução desencadeada pelo Norte*” contra o Sul escravagista que teria provocado a Guerra da Secessão norteamericana,¹¹ da mesma forma que sem a Revolução de Outubro não é inteligível a luta de libertação anticolonial ou resistência antifascista dos anos da ascensão internacional do Nazifascismo, “*na qual um papel de primeiro plano foi jogado pelas forças políticas e sociais que se reivindicavam explicitamente do bolchevismo*”.¹² Neste sentido, desde o fim da II Guerra Mundial que se desenvolveu por toda a Europa toda uma literatura revisionista que pretendia pôr em questão a legitimação das democracias pós-1945 na luta das forças da Resistência antinazi, frequentemente tornada a ação desta equivalente, moral e politicamente, às práticas do ocupante ou dos seus aliados nacionais (os vichystas

franceses, os partidários da República de Salò em Itália, os ustashas croatas, os colaboracionistas holandeses, belgas, sérvios, gregos...).¹³ Até mesmo nos EUA, a leitura da política social de Roosevelt, nos anos do *New Deal* e da II Guerra Mundial, cujo projecto de democracia social baseado na *freedom from want*, foi interpretado por um autor tão influente como Friedrich von Hayek como tendo incorporado a influência ruinosa da “revolução marxista russa”.¹⁴

Talvez seja necessário situar o leitor brasileiro no campo da interpretação da Revolução portuguesa de 1974-76. O argumentário que acabo de expor tem sido replicado na leitura, hoje creio que já majoritária em Portugal, que desde os anos 1980 se tem vindo a fazer da Revolução aberta pelo 25 de Abril de 1974. Em sectores significativos da produção politológica e historiográfica, bem como, e sobretudo, na enorme maioria do discurso mediático e no discurso político das personagens da direita política, tem-se persistido na tese de um 25 de Abril como resultado de uma conspiração de um grupo restrito de militares, rapidamente aproveitada por um conjunto também restrito de membros de diretórios partidários da oposição antissalazarista mais radical – por outras palavras, um grupo pouco representativo da sociedade que se teria arvorado em *vanguarda* de uma mudança que, aparentemente, não teria sido desejada pela maioria. Como Pipes sobre a Rússia de 1916, desde meados dos anos 1990 (o 20º aniversário da democracia, em 1994, em plena fase final do ciclo cavaquista no governo português, foi um ponto significativo de elaboração desta interpretação) que se insinua que o 25 de Abril teria interrompido um processo de mudança política que já estaria em curso com o marcelismo, no qual, pelos vistos, se fundiriam modernização socioeconómica e uma resolução (em que termos?, isso é que não se especifica...) do *problema africano*. Os militares, preocupados com problemas de natureza corporativa e (inaceitavelmente, nesta perspectiva) cansados da guerra, ter-se-iam precipitado numa iniciativa irresponsável. Por fim, o processo revolucionário, com o que se descreve ter sido o seu estendal de *excessos e erros* (socialização da propriedade, nacionalizações, movimentos reivindicativos, ...), teria propiciado iniciativas políticas que se interpretam como sendo contrárias ao *espírito* e às *tradições mais profundas* da sociedade portuguesa, obrigando os sectores e as instituições que se reputam serem representativas da sociedade portuguesa (a Igreja Católica, os sectores políticos e militares descritos como *moderados* e

¹⁰Cf. PIPES, Richard. *The Russian Revolution*, Nova York, Alfred A. Knopf, 1990.

¹¹CURTIS III; G. M. & THOMPSON Jr., J. J. (eds.), *The Southern Essays*. Richard M. Weaver, Indianapolis, Liberty Press, 1987.

¹²LOSURDO, op. cit., pp. 6-7.

¹³Abordo desenvolvidamente esta questão em “*O nosso século é fascista!*” *O mundo visto por Salazar e Franco* (1936-1945), 2007, e *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler* (1936-1942). *Convergência política, preconceito ideológico e oportunidade histórica na redefinição internacional de Portugal e Espanha*, 1996, ambos Porto, Campo das Letras. Uma síntese em “*Esquecimento, revisão da História e revolta da memória*”, In DELGADO, Ivã; LOFF, Manuel; CLUNY, António; PACHECO, Carlos; MONTEIRO, Ricardo (coords.), *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e Direito à Memória*, Lisboa: Fundação Humberto Delgado/Edições Cosmos, 2000, pp. 189-202.

¹⁴Cf. HAYEK, Friedrich von, *Law, Legislation and Liberty*, 3 vols., The University of Chicago Press, 1973-79.

responsáveis, o universo empresarial descrito como responsável pela produção da riqueza) ao recurso a todo o tipo de meios, sendo alguns deles (o que se vem admitindo, reveladoramente, cada vez mais) assumidamente ilegítimos em circunstâncias *normais* mas *compreensíveis* dada a *deriva* revolucionária no sentido *totalitário* (interpretação que é dada ao projeto político da esquerda revolucionária, e, dentro desta, especialmente ao PCP): o bombismo¹⁵ ou a aberta interferência de serviços secretos estrangeiros, para conseguir *corrigir os erros* praticados.

A leitura dos processos de mudança – como, ainda que não queira parecer demasiado óbvio, a leitura de toda a História em geral – envolve sempre, pelo menos na sua dimensão social e não estritamente académica, ou intelectual, se se preferir, numa *batalha pela memória* que, em minha opinião, só recentemente começou a ter visibilidade pública.

Como já deixei entrever, creio que é central a todo este processo uma viragem ideológica que configurou, desde o final já dos anos 70, uma nova hegemonia, de natureza neoliberal e neoconservadora, a primeira de cujas batalhas foi, justamente, a de denunciar uma visão da História centrada no otimismo teleológico que marcava as grandes etapas da História com um processo revolucionário incontornável, descrita agora como um produto de uma verdadeira *ditadura cultural da esquerda*, por vezes apresentada diretamente como um *totalitarismo cultural marxista*, para usar a terminologia com que os intelectuais *neocon* norte-americanos, ou um François Furet e um Bernard-Henri Lévy em França, um Ernesto Galli della Loggia e os ideólogos de bolso do berlusconismo em Itália, ou um Pacheco Pereira em Portugal, gostam de descrever a cultura progressista euroamericana que se estruturou desde a Guerra Civil de Espanha em torno de uma ampla frente de combate contra o Fascismo, e que permaneceu articulada até ao fim da Guerra do Vietname – de Hemingway ou dos *Hollywood Ten*,¹⁶ por exemplo, até Sartre, Brecht, os movimentos pela paz, Zeca Afonso¹⁷ ou a Escola de Frankfurt,¹⁸ para juntar vários e díspares exemplos de uma vez.

¹⁵Entre Maio de 1975 e Dezembro de 1976, o «anticomunismo terrorista» de que fala Josep Sánchez Cervelló leva a cabo mais de meio milhar de operações terroristas, das quais resultam, pelo menos, 14 vítimas mortais. A sua estruturação «baseou-se em quatro componentes: o apoio da hierarquia eclesial, cujo epicentro foi o arcebispado de Braga; a ajuda operacional, técnica e económica de Espanha, que além disso proporcionava uma retaguarda segura; a colaboração com os militares contrários ao 25 de Abril que vertebraram todo o movimento, tornando-o eficaz; e, por último, a concordância de todas as forças políticas desde os socialistas até à direita, majoritárias nos distritos do centro e norte do País» CERVELLÓ, J. Sánchez, *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993, p. 237.

¹⁶Referência a dez das centenas de realizadores, guionistas ou atores que foram perseguidos nos últimos anos '40, primeiros '50, pela *Comissão de Actividades Antiamericanas* dominada pelo Senador McCarthy, concretamente um grupo que foi convocado simultaneamente e que se recusou a prestar declarações, o mais destacado dos quais era o realizador Edward Dmytryk.

¹⁷José Afonso (1929-1987) é o mais emblemático dos chamados cantores de intervenção das décadas de '60 e '70 em Portugal, autor de «Grândola, Vila Morena», transformado em hino da revolução do 25 de Abril de 1974.

Tomemos alguns dados eleitorais para localizar esta viragem ideológica naquela que habitualmente designamos por *opinião pública* do Ocidente: em Março de 1979, Margaret Thatcher vencia as eleições na Grã-Bretanha, meses depois o PCI retrocedia eleitoralmente pela primeira vez desde 1945 e os socialdemocratas suecos perdiam o poder para a direita pela primeira vez desde 1932; um ano depois, era a vez do primeiro triunfo de Reagan nos EUA, ao qual se seguiriam doze anos de administrações republicanas; em 1982, Helmut Kohl ascendia a chanceler por uma mudança de coligações no Parlamento, sendo ratificado nas urnas entre 1983 e 1997. Em todos os casos, salvo o sueco, as direitas políticas permaneceriam no poder até bem entrados os anos 90. Em Portugal, 1979 foi também o ano da primeira vitória eleitoral da direita portuguesa, através da Aliança Democrática; o PSD não sairia do poder nos 16 anos seguintes. Era o refluxo conservador, um pêndulo que virava generalizadamente à direita em quase todo o mundo ocidental.¹⁹

Pessoalmente, não creio que a produção da componente intelectual destas direitas tenha apresentado nesta fase histórica – os últimos 35 anos, portanto –, em que ganhou preponderância académica mas sobretudo mediática, contributos particularmente inovadores relativamente ao acervo teórico que produzira desde os primeiros anos 50, sobretudo em torno da chamada *teoria do totalitarismo*. Neste sentido, o triunfo desta nova visão hegemônica da História e da realidade social parece-me não se ter devido tanto a um impulso intelectual especialmente criativo que, repito, não creio que se tenha dado, mas sim ter resultado de alterações profundas na relação de forças social e económica que retiraram base de apoio aos sectores culturais que até aqui – e por simplificação – designei como progressistas. Já agora – e ainda que me não queira envolver numa grande discussão de metodologia de interpretação histórica –, deixem-me adiantar que não acho, da mesma forma, que tenha sido o grande vigor intelectual das esquerdas antifascistas dos anos 30 e 40 e dos anos 60 e 70 o principal responsável pelo seu predomínio ideológico no pós-II Guerra Mundial, porque, justamente, não creio que, em geral, possamos detectar honestamente situações de hegemonia, ou, pelo menos, de predomínio ideológico à escala de toda uma sociedade numa determinada conjuntura histórica, sem que essa tenha emergido de um conjunto de transformações sociais, e económicas, e culturais, que em muito superam o estrito plano intelectual.²⁰

¹⁸Designação pela qual se tornou conhecido o grupo de investigadores sociais de perspectiva marxista que começou a desenvolver o seu trabalho em 1923 no *Institut für Sozialforschung*. A sua teoria crítica tornou-se um contributo central na redefinição do papel das ciências sociais no séc. XX.

¹⁹E até fora dele: na maior democracia parlamentar do Mundo, a Índia, a direita nacionalista e religiosa ganhara, pela primeira vez desde a independência em 1947, as eleições em 1977.

²⁰Apesar dos anos que sobrevieram à sua obra, parece-me útil recordar aqui a interpretação de um György Lukács sobre o papel da filosofia irracionalista na construção da hegemonia ideológica do Nacionalsocialismo na Alemanha: “El hecho de que nos limitemos a exponer esta parte del proceso [histórico de la emergencia del Nazismo], la más abstracta de todas, no significa, ni mucho menos,

Se entendi que as direitas intelectuais não haviam inovado de forma particularmente incisiva e criativa nos anos do seu triunfo político (os últimos '70, os '80) é porque sinceramente acho que o grande trunfo teórico que conseguiram introduzir no debate intelectual, com grande difusão social, foi claramente anterior a este período, porque ocorreu no início da década de 1950 e a que já me referi: a *teoria do totalitarismo*, base de uma verdadeira escola de pensamento que, mais até do que se basear na abordagem que Hannah Arendt faz, nas *Origens do Totalitarismo*, de um conceito reivindicado por toda a galáxia fascista dos anos 30,²¹ usou o manual *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, de Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski, publicado cinco anos mais tarde (1956),²² como verdadeira bíblia dos discursos dominantes na Ciência Política, na História, na Sociologia, propondo uma espécie de vulgata facilmente assumível pelos média e pelo discurso político mais banal. Muito sucintamente, além das suas potencialidades políticas imediatas (legitimar teoricamente a divisão política efectiva do planeta, no quadro da Guerra Fria, entre Estados/movimentos não totalitários, configuradores do *Mundo Livre*, e Estados/movimentos totalitários, necessariamente liderados pela União Soviética; hermanar um Comunismo a derrotar com um Nazismo já derrotado como subprodutos do mesmo conceito totalitário de intervenção na sociedade), a *teoria do totalitarismo* propunha uma explicação da mudança social radical e da mobilização social das massas nas sociedades contemporâneas como fenómenos necessariamente explicáveis pela manipulação deliberada, calculada, arquitetada por grupos políticos que se autodescrevem como *vanguardas*.

Esta creio ter sido a maior vitória intelectual dos neoliberais dos anos 50, herdada pelos seus correligionários do último quarto do século XX²³: ler os processos de mudança sociopolítica impulsionados pela participação das massas como jogos de manipulação de verdadeiros profissionais da *subversão* política, lançando, assim, a suspeita sobre a *espontaneidade*, a representatividade real de toda a mobilização sociopolítica. Lida a realidade desta forma, as únicas formas de mudança social *não artificiais*, designemo-las

assim, seriam produto de longos processos de mudança, suficientemente longos para resultarem de complicados processos de negociação entre sectores das elites políticas e sociais, uns mais conservadores, outros mais reformistas, cujos produtos finais seriam, portanto, sempre consensuados com os grupos dominantes no momento em que tais processos teriam o seu início. Exemplos mais evidentes desta interpretação, obviamente neoliberal, dos processos históricos de mudança: “desastrosas”, “criminosas” terão sido as revoluções francesa e russa; “naturais”, “moderadas”, “gloriosas” até, as revoluções inglesa e americana.

Se a leitura da História é sempre uma componente essencial da interpretação ideológica do mundo social, o que a *teoria do totalitarismo* vinha trazer para a arena intelectual era uma chave teórica de funcionamento bastante automático que permitia rejeitar à partida o fulcro do pensamento progressista hegemónico nos anos 60 e 70 do século passado. Os termos essenciais desta teoria – contraposição *Mundo Livre/Totalitarismo*, *Liberdade/Revolução*, *respeito pela tradição* contraposto a *subversão social* – foram, não nolo esqueçamos nunca, claramente hegemónicos em algumas das sociedades ocidentais mais ricas (a norte-americana, a alemã ocidental, a italiana, provavelmente a britânica), convivendo com o predomínio dos ideais progressistas noutros âmbitos da interpretação do mundo, como a deslegitimação do colonialismo formal, a relativa laicização dos costumes, a procura da liberdade sexual ou o triunfo temporário de um conceito do Estado como representação da sociedade, empenhado na procura do *Bem Público*²⁴. Será aquela viragem política do fim dos anos 1970 e dos anos 1980, num sentido politicamente conservador e ultraliberal no estrito campo da economia, acompanhado da crise definitiva do modelo soviético que arrastou atrás de si grande parte do movimento comunista internacional na viragem das décadas de '80 para '90, a esvaziar a capacidade mobilizadora dos valores ideológicos progressistas, abrindo espaço aos valores das direitas.

No caso português, em que é que aquelas leituras estereotipadas da Revolução de 1974-76 me parecem

que tratemos de exagerar la importancia de la filosofía” - ou da ideologia - “dentro de la agitada totalidad del proceso real”. Centrado na realidade histórica alemã contemporânea, procurava Lukács “señalar el camino seguido por Alemania hasta llegar a Hitler, en el terreno de la filosofía (...), demostrar cómo esta trayectoria real se refleja en la filosofía, y cómo las formulaciones filosóficas” constituíam “el reflejo de la trayectoria real que ha conducido a Alemania al hitlerismo, han ayudado a acelerar este proceso histórico” [in LUKÁCS, Georg [sic], *El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*, trad. esp., Barcelona: Grijalbo, 1975, p. 4].

²¹E que havia sido já trabalhado uma década antes por compatriotas seus alemães identicamente exilados, como Franz Borkenau e Franz Neumann.

²²Nova York: Harcourt, Brace and Co.

²³Com particular relevo para Francis Fukuyama e para a sua tese do “The End of History”, título do artigo publicado in *The National Interest*, vol. 16 (Verão de 1989); cf. também o seu *O Fim da História e o Último Homem*, trad. port., Lisboa: Gradiva, 1992.

²⁴Relativamente a estas questões, costumo citar Richard Bosworth, para quem «a teoria do totalitarismo foi deliberadamente desenhada para se ajustar ao seu tempo», ou seja, os anos '50, «[a sua] década», podendo «a maioria dos historiadores perceber a procedimento tão automático através do qual os pressupostos com que se interpretou o inimigo do ciclo anterior, a Alemanha nazi, foram transferidos para o seguinte, a URSS». A sua hegemonia terá tido até «implicações “totalitárias”» em duas grandes vertentes: «Era a resposta certa, ou melhor, a única resposta. Era ainda a resposta válida para sempre, ou, pelo menos, para um futuro previsível já que enquanto o comunismo sobrevivesse, nem a URSS, nem a China mudariam. A teoria era ainda, potencialmente, pelo menos, agressiva. Na atmosfera de guerra iminente que a própria teoria justificava ou promovia, aqueles que não aceitassem a resposta correta poderiam ter de ser contidos ou destruídos.» Nesta última acepção, Bosworth sublinha como a «ideia do totalitarismo deu impulso às piores formas de intolerância política e cultural que se manifestaram no McCarthismo» e configurou uma atitude de «[empenho] na sua resposta única» semelhante à dos seus «inimigos, os estalinistas marxistas vulgares». [BOSWORTH, Richard J. B., *Explaining Auschwitz and Hiroshima. History Writing and the Second World War, 1945-1990*, Londres e Nova York, Routledge, 1994, pp. 24-25].

herdeiras, partícipes, dos instrumentos essenciais de leitura da realidade social da *teoria do totalitarismo*? Ao ler a Revolução como simples produto, ou melhor, subproduto, de uma conspiração militar, de um golpe bem sucedido, já de si resultado de uma manipulação de umas centenas de capitães por um par de ideólogos, deixa-se-a *pairar*, digamos assim, sobre a evolução histórica da sociedade portuguesa, tomando-a como um fenómeno excepcional que não se inscreve numa trajetória social, política, cultural mais ampla. Partindo deste pressuposto, como ler, então, todas as manifestações de criatividade política, social, cultural, moral, que se seguiram ao fim da ditadura, e que, visivelmente, envolviam tanta gente? Impossíveis de se conceber como elementos lógicos num caminho que se viria a percorrer nos anos anteriores, resta a possibilidade de as ler como produto, uma vez mais, da manipulação das massas por parte dos *diretórios da subversão, vanguardas* que, forçosamente desligadas da vontade, dos “*sentimentos mais profundos da sociedade portuguesa*” – a expressão está absolutamente banalizada neste tipo de discursos –, procuraram implantar soluções inaceitáveis. Daqui até ao *totalitarismo* vai um passo curtíssimo: o que é que pretenderia a esquerda revolucionária portuguesa implantar em Portugal em 1974-75? O *totalitarismo*, claro está.

No ciclo de confronto de representações ideológicas, filosóficas, simbólicas, em que desde meados da década de '70 nos encontramos, a *Revolução* permanece presente. Como conceito operativo de leitura da História, a *Revolução*, por mais que se pretenda torná-la uma excrescência histórica sem lugar no mapa das expectativas dos povos, ocupará sempre a parte que lhe corresponde na percepção dos processos sociais. Da forma como usamos o conceito depende não só a (re)construção da nossa memória pessoal e coletiva – depende, acima de tudo, a viabilidade da sua aplicação futura.

Artigo recebido em 05/04/2011

Aprovado em 21/05/2011